

As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Lagoa Grande

O Quilombo Lagoa Grande, localizado a 38 quilômetros do município de Jenipapo de Minas, é um exemplo vivo da memória, da resistência e da busca de superação da herança da escravidão. Surgido a partir de escravizados que trabalhavam no latifúndio chamado Fazenda Santa Polônia (ou Apolônia), o quilombo é formado por 29 famílias; cada família ocupa entre 2 e 5 hectares de terra.

Apesar da divisão do latifúndio em sucessivas vendas, as famílias permanecem unidas, vivendo em busca de preservar suas tradições. O território legitimamente reivindicado pela comunidade tem 4.737 hectares, necessários para uma vida produtiva e de qualidade. A maior parte do território está no município de Jenipapo de Minas, outra parte no município de Novo Cruzeiro, e um pequeno trecho no município de Araçuaí.





Vista parcial do Quilombo Lagoa Grande

Para demarcar o território de Lagoa Grande, a comunidade, acompanhada do autor do Relatório Antropológico selecionaram os pontos mais importantes da história do Quilombo e de seus antepassados: o cemitério, as sedes das fazendas Ribeirão de São Miguel e Santa Polônia, o ribeirão, a Lagoa Grande, as grotas, o antigo cruzeiro, o Morro de São Bonifácio. Cada um traz consigo memórias importantes, ajudando a definir o presente, em busca do futuro.

O cemitério é onde estão enterrados os ancestrais de Lagoa Grande. Vários moradores contam que antigamente havia um muro que dividia o cemitério da comunidade ao meio. Essa divisão servia para separar os túmulos dos fazendeiros e de suas famílias dos túmulos dos escravizados. Há pouco tempo este muro foi demolido. Próximo ao cemitério está o local de coleta da *tabatinga* que é o barro branco usado tradicionalmente para pintar as casas.

A antiga sede da Fazenda Ribeirão São Miguel é onde existiu a roda d'água usada para açoitar os escravizados, castigo chamado de *tomar taca*. Lá também existia a casa de farinha usada no *tempo dos escravos*.

Também é importante o Ribeirão São Miguel, que deu o nome à sede da fazenda.

O “Corguim d'água da D. Germana” é um dos limites do território. Além de ser local de moradia de algumas famílias, é onde há plantações de arroz.



Da Fazenda Santa Polônia, que era a sede principal e controlava as outras, ainda existe a estrutura de madeira da casa grande e os esteios da senzala.

A Lagoa Grande fica junto à entrada principal e pode ser considerada o centro da comunidade. Lá ainda existem vestígios de casas dos antepassados. Estes locais são chamados *grotas* e a mais falada é a *Grota do Balão*.

Há, ainda, o antigo cruzeiro, próximo à sede da fazenda Santa Polônia, onde eram deixadas as pedras que eram carregadas na cabeça, em penitência para fazer chover. O Morro do Bonifácio era o caminho tradicional que levava à Schenor, antiga estação da ferrovia Bahia-Minas, usada para a troca e venda de diversos produtos.

A memória e a resistência à escravidão são o principal motivo para a Lagoa Grande dizer, em alto e bom som, que eles têm o direito de possuir estas terras.

Mãe Viana e a história de Pai Joaquim

A ocupação do Vale do Jequitinhonha se deu no início do século dezoito após a descoberta de ouro próximo às nascentes do Rio Jequitinhonha. Com isso, a região passou a ser explorada em busca de novas fontes de ouro e diamantes. Um enorme número de pessoas passou a buscar novas lavras e ribeiros. Com aqueles que chegavam

à região, vieram também os escravizados como mão de obra para a mineração. Subitamente a região se tornou povoada e experimentou um momento de riqueza durante todo o século dezoito. Apesar da fama do ouro, a agricultura e a pecuária também eram desenvolvidas na região, crescendo a partir da metade do século dezoito, quando a atividade mineradora começou a decair.

Com a diminuição dos recursos, a mineração passou a ser uma atividade complementar à agricultura para os pequenos proprietários que se espalharam pela região. **As famílias que enriqueceram com a atividade mineradora passaram a investir na criação de gado e na ampliação de suas terras, dando origem aos latifúndios e aos conflitos pela terra.**

A maioria dos núcleos populacionais no Vale do Jequitinhonha surgiu durante o auge do período da mineração na região. Assim, desde antes de 1730 já existe o município de Francisco Badaró (antiga Sucuriú), ao qual pertencia Jenipapo de Minas antes da emancipação, assim como Araçuaí, que abarcava o município de Novo Cruzeiro (antiga Gravatá).

Nesse contexto se formou a Fazenda Santa Polônia, um grande latifúndio dividido em várias partes, com diferentes sedes: Santa Cecília, Santa Polônia, Muquém e Ribeirão de São Miguel. Apesar de terem permanecido na família Neiva desde a época da escravidão, essas terras eram consideradas devolutas até 1985. Nessa data, o antigo proprietário Cesar Francisco Araújo conseguiu, com a Rural Minas, a legalização da parte referente à antiga Fazenda Muquém para a produção de café e capim braquiária. Em 2008 essas terras foram vendidas para a empresa Viveiro de Mudas Santa Isabel para a plantação de eucalipto, atividade ainda hoje desenvolvida.

A antiga Fazenda Santa Polônia era uma grande propriedade onde os antepassados escravizados de Lagoa Grande viviam. Após a abolição da escravidão, eles permaneceram na região trabalhando para os fazendeiros locais. Uma das relações de trabalho era, por exemplo, o sistema da *terra tratada de meia*, que significava trabalhar nas terras do fazendeiro ganhando uma rapadura por dia de serviço e dividindo com ele a produção

realizada em suas terras. Caso o fazendeiro julgasse que o volume da produção alcançada não era suficiente, os moradores da comunidade eram obrigados a trabalhar sem remuneração.

Ao longo do tempo, as consecutivas vendas das propriedades que antes compunham a Fazenda Santa Polônia forçaram várias mudanças das famílias de Lagoa Grande. Mesmo depois do fim da escravidão, dizem os moradores, permaneceram os modos de exploração, de obrigar o ex-escravizado a *trabalhar com medo*. Dona Gemana foi uma das donas da antiga fazenda ainda lembrada pela sua crueldade. Assim, **o sofrimento vivido pelos antepassados de Lagoa Grande é constantemente relembrado. Nas memórias, há uma continuidade da opressão entre o passado da escravidão e as ameaças do presente.**

Seu Antônio Aderaldo, já falecido, lembrava que “enquanto não limpava as lavouras deles, não tinha licença para limpar nenhum pé de planta de nós”. Muitos dizem que eram obrigados a trabalhar com fome para os fazendeiros.

Desde a década de 1990, essa relação de trabalho foi desfeita, permanecendo outras formas de opressão, como a restrição de espaços para plantio, cobrança de pasto para os animais, desocupações violentas e a derrubada de uma casa com seus moradores dentro. Uma expressão usada por uma das moradoras da comunidade exemplifica a continuidade do processo da escravidão, ao narrar um dos episódios cruéis de um fazendeiro com uma das famílias da comunidade. Dona Rosária disse: “a gente foi indo sendo escravos”.



Vestígios da Antiga Fazenda Santa Polônia



Tronco onde os escravizados eram torturados

No Ribeirão São Miguel ficava a antiga roda d'água usada para castigar os escravizados. *A expressão tomar taca, ainda usada pelos moradores da comunidade, permaneceu como uma lembrança e uma cicatriz desse castigo. Conta-se que uma tira de couro ou de borracha ficava presa à roda d'água que girava açoitando os escravizados.* Seu Piudo conta que “nosso povo tomou taca aqui, nesta roda, neste lugar aqui”. Ainda é possível observar, próximo ao ribeirão, os antigos esteios que sustentavam uma das sedes da fazenda e o vau onde corria a água que alimentava a roda d'água.

Na história da comunidade, o nome da Mãe Viana (ou Mãe Saviana) é bastante lembrado. Para os moradores mais antigos da comunidade, ela é a mãe de quase todos, dizem que ela deixou a geração. Além dela, vários nomes são falados quando se pensa no “tempo dos antigos”, aqueles que “pegaram a escravidão”. Entre eles, estão Velho Lucildo, Velho Júlio Viana, Teodoro, Gaspar, Velho Zé Viana, Juco, Joaquim Paixão, Jacinto Paixão, Mané Virgilino, Velha Nazara, Balão, Velho Diola, Velho Quirino, Ana Esteves Moreira, Joaquim de Ernesto, Velho Ernesto, Manoel de Quirino.

A lembrança constante da história do Pai Joaquim em Lagoa Grande é uma expressão viva da memória da luta contra a escravidão. No centro da cidade de Jenipapo de Minas existe uma estátua e um pequeno santuário em memória do Pai Joaquim, escravizado a quem a população atribui muitos milagres. Conta-se que Pai Joaquim era um escravizado que tinha como função juntar os animais da fazenda. Um dia, ele retornou à sede sem ter conseguido reunir todos eles. O fazendeiro disse, então, que ele não poderia comer enquanto não trouxesse os animais. Uma cozinheira lhe entregou alguns pedaços de torresmo. No mesmo dia, ele apareceu morto. Sabendo disso, o fazendeiro mandou duas juntas de boi para recolher o seu corpo. Mas nem as duas juntas de boi conseguiram mover o corpo de Pai Joaquim. Nesse momento, milagrosamente, seu corpo passou a flutuar sobre o chão.

Maromba e troca de dias

Apesar do pequeno espaço possuído, cada família permanece plantando hortas e roças, como parte fundamental de sua sobrevivência. **O plantio e a colheita são, na verdade, uma troca com a natureza: enquanto eles *alimentam a terra*, ela dá em troca seus alimentos.** Os cultivos são orientados pelos conhecimentos tradicionais sobre a terra que a comunidade possui. A seleção do tipo de solo para cada tipo de plantação, a fase da lua, a época do ano, o controle de pragas formam um sistema de saberes sobre a terra em que vivem, passado de geração a geração.

Uma frase dita por um dos moradores de Lagoa Grande expressa a importância que o trabalho tem para a comunidade: “Trabalho a terra, planto para fazer amizade, depois o dinheiro”. **Importante exemplo do trabalho coletivo é a *Maromba*, um mutirão feito para ajudar algum morador na sua roça ou para algum objetivo que envolva o bem da comunidade. Ao final do dia de trabalho, é feita uma festa para todos, chamada de forró: todos cantam, dançam, *jogam verso* e comem o tradicional bolinho de milho, assado na pedra de fogo, que é oferecido pela anfitriã.**

Também existe na comunidade a *troca de dias*. Planejada para um mês após o plantio da roça, ela cria uma rede de trocas e colaboração entre famílias da comunidade. Quando acontece essa troca, se diz que ganho o dia. Infelizmente, com a diminuição do espaço de plantio, essa prática tem diminuído.



Plantação de café embaixo de um pé de Jatobá

Entre os tipos de alimentos que são cultivados estão os mais diversos tipos de milho, feijão, mandioca, mandioca brava e frutas. Os diferentes tipos de feijão são: carioca, preto, cacheado, rosinha, cinqüentão, vermelhinho, catador, guandu, feijão de corda. Cada morador tenta manter ao menos três tipos de feijão nos seus plantios. Já os tipos de mandioca plantados são: cacau, porto seguro, beira rio, rebenta boi, olho roxo. E os tipos de mandioca bravas são rei do sonho e piriquitinha. Além disso, também são plantadas cana de açúcar, batata, abóbora, maxixe, tomate e hortaliças em geral. Já as frutas são principalmente banana caturra, banana maçã, mamão, abacate, pitanga, coco, laranja, acerola, graviola, goiaba, limão, alexia, uva, abacaxi e urucum.

Terra boa e Terras de Deus

No território de Lagoa Grande predomina a vegetação de Mata Atlântica. No período das águas a vegetação é verde e exuberante, mas no período de seca as árvores perdem as folhas, se assemelhando ao Cerrado. A maior parte do território possui a vegetação original, outra parte é usada por proprietários particulares para a pecuária e para a plantação de eucalipto.

Em Lagoa Grande todos conhecem bem a região em que vivem. Cada planta ou tipo de solo é identificado facilmente. **São utilizados alguns métodos para a identificação e diferenciação dos solos. A terra é boa quando se encontra as árvores angicão e aroeira juntas. A jurema também indica terra boa. O solo é adubado com esterco e os próprios restos da vegetação local,** somente quando é necessário. A queimada é usada apenas para alguns cultivos ou quando “a terra tá fraca e precisa de alimento”. De acordo com um dos moradores, “abóbora só vai bem quando faz um foguinho”.

O plantio da laranjeira é feito três dias depois da lua para que ela cresça rápido. Na época das águas, os pés de feijão são plantados mais distantes e na época da seca, mais próximos. O feijão e o milho



Preparação da terra para o cultivo



Criação de animais na Lagoa Grande

são plantados na lua minguante para que não apodreçam. Para que o alho se desenvolva e fique grande, deve ser plantado na lua cheia. A maniva é cultivada na posição horizontal, usando os pés para plantar.

Para o armazenamento das sementes de feijão, é preciso fazer a imunização que evita os gorgulhos. **Primeiro, o feijão é molhado e misturado com o barro branco; depois de seco já pode ser guardado. Para guardar as sementes de milho, é preciso colhê-las na lua cheia e, ainda na espiga, sem retirar a palha, misturá-las com água e sal.** Dessa forma, evitam-se as pragas e garante-se sua germinação.

Antigamente, os moradores caminhavam com tropas de burro para vender ou trocar a produção de sua roça no local chamado She-enor, antiga estação de trem da linha Bahia-Minas. Atualmente, o que sobra da produção é vendido ou trocado entre os moradores da comunidade ou de comunidades vizinhas.

Apesar de não haver espaço suficiente para a criação de animais, as famílias conseguem criar algumas galinhas, porco ou vaca leiteira. Em geral, cada família cria apenas um porco que é chamado de capado. Uma parte de sua carne é separada para consumo próprio e as outras partes são para trocas, presentes ou pequenas vendas.

Alguns espaços têm significado especial para a comunidade. As chapadas, por exemplo, são muito importantes, pois são espaços de uso coletivo. São vistas como um espaço sagrado, *terras de Deus*, que todos podem desfrutar. As grotas são pequenos vales que separam uma chapada da outra: é nelas que se constroem as casas e se plantam as roças, pois o solo é mais fértil e é mais fácil de conseguir água. Para a comunidade, as chapadas representam reservatórios de água subterrânea que alimentam as grotas e as nascentes que lhes fornece água. Também é nelas que os moradores colhem alguns frutos nativos como, por exemplo, pequi, jatobá, articum, além de plantas medicinais.

Os problemas enfrentados

O principal problema enfrentado pela comunidade Lagoa Grande é a falta de espaço para o cultivo de suas roças e para a criação de animais. A falta de terras leva ao desgaste do solo e à perda de sua pequena produção por diversos motivos.

Com isso, mesmo os costumes coletivos podem se enfraquecer diante das necessidades imediatas. Alguns moradores precisam se deslocar de abril a outubro para o corte de cana no estado de São Paulo. Seu retorno é celebrado com festa e fogos de artifício.

Considerando que a região do Médio Jequitinhonha apresenta longos períodos de seca, a falta de água é outro grave problema enfrentado pela comunidade. A água potável foi colocada na comunidade

no final de 2010 através de um poço artesiano. Todas as casas possuem cisternas para a coleta da água da chuva.

Na região, o clima é semi-árido quente e seco e os períodos de seca variam entre nove a dez meses. Dos cursos de água da região, apenas o Ribeirão São Miguel permanece por todo o ano. A importância do acesso e preservação da água é reconhecida e valorizada pela comunidade. Seu Piudo diz que “não roça perto do olho d’água porque se ele secar nós tá enrolado porque a nossa vida é esse olho d’água”.

Outro grave problema é a plantação de eucalipto que pessoas de fora introduziram em uma das mais importantes chapadas do seu território. Além de impedir o uso coletivo da chapada, essa plantação já alterou e pode alterar ainda mais o volume de água disponível para a comunidade. A própria Lagoa Grande, que dá nome à comunidade, secou depois da plantação de eucalipto, pois, como afirma seu Piudo, “o que conserva as águas é a chapada”.

Apesar da melhoria do acesso à água potável, a comunidade continua sofrendo com o clima da região. Torna-se necessário a implantação de um sistema de irrigação para as roças.



Cisterna usada para coletar a água da chuva

Saberes, costumes e festejos

Na comunidade de Lagoa Grande, existem vários saberes e fazeres tradicionais, como, por exemplo, o trabalho de ceramista e adobe. Também há a produção artesanal de cestaria com taquara. Do cerne de aroeira é feito o fuso usado pra preparar o algodão. Algumas pessoas da comunidade fazem azeite e sabão de mamona.

Na comunidade é feito também o cultivo do mel jataí. Em uma cabaça são colocados a rainha e seus filhotes. As abelhas entram e saem através de um pequeno buraco. A colheita do mel produzido é feita por uma pequena janela. Essa cabaça é colocada em um tronco de árvore próximo das casas.

Entre os meses de novembro e dezembro a comunidade pinta as paredes das casas e das cisternas com o barro branco chamado de tabatinga. O chão é pintado com o barro preto chamado de *alcalim*.

Algumas danças e cantos fazem parte da história de Lagoa Grande, apesar de terem reduzido com o passar do tempo. **De acordo com dona Rosário, “jogar verso é quase como uma música falada”: cada pessoa cria alguns versos na hora dando sequência e continuidade à música, sem acompanhamento de instrumentos, o ritmo sendo acompanhado com os pés.** No batuque, as pessoas se reúnem em roda e o acompanhamento da música cantada é feito por instrumentos.

O vilão e o vilão em cruz são danças feitas com pares. Dona Rosário se lembra de um dos versos cantados: “Dançar vilão não foi nessa terra não / Aprendi com os alemoa na terra dos alemão”. Já o caboclo são danças acompanhadas de cantos. O nove era uma dança, acompanhada pela viola, com nove pessoas: enquanto se passava de um lado para outro, eram recitados os versos da música.

Esta narrativa foi escrita por Mariana Gonçalves Frizero, a partir do Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande em 15 de Janeiro de 2014, elaborado pelo antropólogo Marivaldo Aparecido de Carvalho, com informações adicionais dos textos: _ Lagoa Grande: uma comunidade Quilombola de Jenipapo de Minas – MG, no contexto da Realidade Brasileira – Francisco Ramalho, 2012. _ Transformações na vida de atingidos por barragens no Vale do Jequitinhonha – MG: os casos das comunidades de Peixe Cru e Porto Corís – Gilmar Fialho de Freitas, 2014. _ Estratégias de viabilização da política da Usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas – Marcos Cristiano Zucarelli, 2006.

Uma palavra da comunidade

Lagoa Grande

Histórico de luta

Os moradores da comunidade quilombola Lagoa Grande sempre viveram encurralados por fazendeiros. Desde os seus antepassados, foram escravizados nessa fazenda, vivendo abaixo de ordens de “senhores” que mesmo depois do fim da escravidão se viam como donos das pessoas e de seus destinos. Esse domínio, até pouco tempo, expressava-se de diversas maneiras, principalmente pela imposição de regras e privação de direitos.

Foram muitos anos de resistência. Os mais velhos da comunidade criaram seus filhos trabalhando para fazendeiros e recebendo em troca de sua força de trabalho recompensas irrisórias: um dia de serviço em troca de uma rapadura. Todos os filhos e também esposas iam para a roça. Não se podia negar a trabalhar na fazenda. O que se colhia nos pequenos quintais, onde moram hoje, era dividido com o “patrão”. A melhor parte da produção era entregue ao dono da terra e o que restava era utilizado para o sustento das famílias. A locomoção dos moradores da comunidade era limitada, muitas vezes as cancelas das estradas foram trancadas, impedindo a saída da propriedade.

Em pleno século 21, acessos a bens vitais como a água, ainda eram negados. Para o abastecimento da escola da comunidade, o poder público perfurou um poço artesiano, no entanto, as moradias não podiam ser abastecidas por essa água, uma vez que o fazendeiro não permitia que a tubulação passasse em suas terras. O programa “Luz Para Todos” encontrou resistência para que fosse implantado na comunidade, pois o fazendeiro, apoiado pelo poder público da época, fez objeções. O mesmo destino tiveram outras políticas públicas.

A situação de abandono e descaso enfrentados pela comunidade quilombola Lagoa Grande chamou a atenção de organizações sociais presentes no município de Jenipapo de Minas, que resolveram apoiar a luta dessas famílias. Esse processo teve início nos anos 2000. As primeiras reivindicações da comunidade foram para que tivessem acesso à água e energia elétrica. Depois de várias tentativas, apoiada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, pelo Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, a Paróquia local na pessoa do Padre Paulo José e outros parceiros, a comunidade conseguiu alcançar os objetivos iniciais: água e energia elétrica.

A partir da organização, a comunidade começou refletir sobre a vida de seus antepassados e analisar a realidade. E nesse movimento, se identifica como comunidade quilombola, se propondo a lutar pela conquista de seus direitos, enfatizando a terra como meio de sobrevivência e resgate do livre viver quilombola.

A luta é constante. A exemplo disso, no ano de 2007, os quilombolas passaram por um conflito chocante. Dois jovens depois de muitos anos trabalhando no corte de cana conseguiram fazer suas casas a fim de constituir suas próprias famílias. Porém sob a alegação de que as casas estavam em parte dentro do território do fazendeiro as famílias foram despejadas de suas casas. Esse momento expressa a truculência dos fazendeiros que procuram impor medo e horror na comunidade até a atualidade:

Eles derrubaram a porta. Ficavam com Aqueles radio amador e perguntando se tinham achado alguma coisa. Aí falaram que era uma ordem de despejo. Aí depois eles chegaram avisando que nós tínhamos que arrumar nossas coisas, aí só foi chegando carro, o caminhão do fazendeiro e o trator e levaram as coisas nossas lá para a casa de minha sogra. Derrubaram as cercas todas, tirou o arame da cerca ali. Nesse tempo tinha até a roça nossa. Os meninos tiveram até que quebrar a roça verde. O milho nem estava seco ainda. Eu estava grávida de dois meses, nem sei como eu não perdi a Eloisa, de tanto susto que eu levei. Fiquei tremendo dias de susto. Eles levaram nossas coisas e colocaram tudo no terreiro de minha sogra. Zé e Janete não estavam aqui e mesmo assim eles entraram e tiraram as coisas. Eles abriram a porta foi chutando e eles nem estavam na casa esse dia.

Aí levaram as coisas deles e colocaram no terreiro de minha sogra, a casa dela encheu esse dia. Aí a gente teve que tirar o milho do paiol tudo para nós morarmos. Arrumar as coisas lá tudo, passar barro, depois nós foi colocando nossas coisas lá dentro. (relato de uma das mulheres despejadas).

A luta continua. A esperança se renova a cada dia no desejo de que, quanto antes, o território seja conquistado, para que enfim a comunidade possa viver, produzir e reproduzir em paz.



Reunião para decisões no Quilombo Lagoa Grande

Este texto foi redigido pelos professores Francisco Ramalho, Karine da Glória Nunes, Maria Eva Sousa Santos e Paulo André Alves Amaral (agente da CPT) a partir de reflexões com a comunidade.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

F921q

Frizêro, Mariana Gonçalves

Quilombo Lagoa Grande / Mariana Gonçalves Frizero. - Belo Horizonte : FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado Relatório da comunidade quilombola de Lagoa Grande, de Marivaldo Aparecido de Carvalho.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Carvalho, Marivaldo Aparecido de. Relatório da comunidade quilombola de Lagoa Grande. I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.